



12730556



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	24/09/2020	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Renato Dantas de Araújo	GM
2.	Tercio Issami Tokano	SE
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	David de Lima Freitas	SPO
5.	Rogério Xavier Rocha	SAA
6.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
7.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
8.	Juliana Oliveira Domingues	SENACON
9.	Jeferson Lisbôa Gimenes	SEOPI
10.	Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça	DEPEN
11.	Eduardo Augusto Muniz de Sousa	PRF
12.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
13.	Ronaldo Vieira Bento	OUV
14.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
15.	Juliana Coelho Antero	CGGE
16.	Diogo Domínici Soriano	SENAD
17.	Ronney Matsui	SENASP
18.	Carlos Henrique O. Sousa	PF
19.	Glauberto A. R. Alves	CGOF

20.	José de Albuquerque	CGGP
21.	Mariana Boabaid Dalcanale Rosa	CADE
22.	Rodrigo Lange	DTIC
23.	Josélio Azevedo de Sousa	SEGEN
24.	Claudio de Castro Panoeiro	SENAJUS
25.	Davyd Menezes	SENASP
26.	Karla Carvalho	SENAJUS
27.	João Bosco Teixeira	CONJUR
28.	Leonardo de Melo Costa	CGGE
29.	Isabela Maiolino	SENACON

PAUTA:

1. Considerações iniciais e pauta da reunião;
2. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020 - 2023 - panorama de projetos e indicadores;
3. Planejamento Estratégico 2020-2023 – revisão de outubro de 2020;
4. Validação da Cadeia de Valor;
5. Informe SPO/SE;
6. Informe AEI;
7. Informe SAA/SE;
8. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, deu início à reunião apresentando brevemente a pauta e destacando a importância das reuniões do Comitê de Governança Estratégica - CGE para o monitoramento e o acompanhamento dos indicadores, das metas e dos projetos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. Reforçou que não serão utilizados arquivos de apresentação, tendo em vista o reforço da cultura para a utilização do *Power BI*.
2. Logo após, a Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Sra. Tânia Fogaça, deu início ao monitoramento, apresentando o projeto “Força de cooperação penitenciária”. Criado em janeiro de 2017, vinculado à Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, tem como base normativa uma portaria do MJSP, a Lei de Integração dos Entes Federativos para Segurança Pública e a Lei do SUSP, e é um dos 8 projetos estratégicos que estão sob a atribuição do DEPEN. O projeto possui caráter transversal e tem como escopo capacitar servidores dos estados para as crises, resgatar protocolos no interior das unidades prisionais, melhorar as estruturas físicas deficientes e diminuir as dificuldades na prestação das assistências aos presos (saúde, educação, trabalho, jurídica e social). A função do DEPEN na Força Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP é recrutar servidores para formar uma equipe multidisciplinar nos estados, que visa coordenar a logística, realizar parcerias com outras instituições fora do executivo, além de auxiliar polícias federais de execução penal a fim de retomar o controle nas unidades prisionais, identificar lideranças para isolá-las e deixar um legado de conhecimento para o estado. A meta de conduzir três operação por ano foi atingida e superada. Houve também a finalização da normatização da FTIP que será encaminhada ao MJSP para análise.
3. A Diretora-Geral acrescentou ainda que as ações da FTIP foram realizadas em 8 estados, sendo que em Pernambuco foi iniciado um diagnóstico na região de Itapetinga, mas foi necessário suspender as atividades por causa da pandemia. A maior permanência da força tarefa é em Roraima, com previsão de encerramento para outubro de 2020. A retirada da FTIP é difícil, mas o objetivo não é assumir integralmente as funções do Estado. Além disso, citou um exemplo de resultado da FTIP: a redução de homicídios em 41% no Pará durante a permanência da Força Tarefa.

4. Em relação ao indicador estratégico “Geração de vagas”, vinculado à Diretoria Executiva do Departamento Penitenciário Nacional – DIREX/DEPEN, que possui o objetivo de gerar 100.000 (cem mil) vagas até 2023, das quais 25.000 (vinte e cinco mil) deveriam ser até dezembro de 2020, a Sra. Tânia Fogaça explicou que se trata da geração de vagas físicas, ou seja, da construção de penitenciárias. A construção dessas penitenciárias é realizada por meio da verba do Fundo Penitenciário – FUNPEN, do Estado ou de verbas heterogêneas (combinação entre FUNPEN e Estado). Com relação aos resultados, até o momento, foram geradas 14.632 (quatorze mil seiscentos e trinta e duas) vagas no ano de 2020, levando-se em conta que o indicador foi extremamente afetado pelo contexto da pandemia, acarretando dificuldades na contratação e na execução da mão de obra devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas. Para os anos de 2021 a 2023, tem-se a meta de geração de 25.000 (vinte e cinco mil) vagas por ano para, portanto, atingir a meta de 100.000 vagas. A previsão para 2020 é que sejam criadas 21.819 (vinte e uma mil oitocentas e dezenove) vagas, das quais 6.401 (seis mil quatrocentas e uma) vagas, com investimento de R\$243.000.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões) vinculadas à sistemática fundo a fundo, e 15.418 (quinze mil quatrocentas e dezoito) vagas utilizando recursos voluntários, por meio de projetos específicos, com investimento de R\$ 327.000.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões). Com isso, a expectativa é que a meta deste ano não deva ser atingida. Comentou que o estado que mais gerou vagas no ano de 2020 foi Pernambuco e finalizou dizendo que, apesar de não terem atingido a meta ainda, o DEPEN está satisfeito com o trabalho que vem sendo desenvolvido.
5. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, esclareceu que a meta de 100.000 (cem mil) vagas é para todo o período 2020-2023. O Sr. Tercio ressaltou a autorização do Ministério da Economia - ME para a contratação de 107 profissionais de engenharia.
6. Em seguida, a Secretária Nacional do Consumidor, Sra. Juliana Domingues, deu início à apresentação do projeto “Dinamização da plataforma consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização” e do indicador “Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br” da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON. Percebeu-se que o sistema obteve uma maior importância com o cenário da pandemia do Covid-19, uma vez que aumentaram os pedidos para ingresso de fornecedores. Além disso, em função da situação atual, a SENACON realizou solicitações a fornecedores para que entrassem na plataforma, o que não era comum em outros momentos. O aumento das demandas não influenciou na resolutividade, tendo em vista que a meta de 70% foi superada pelo resultado de 78%. Informou ainda, que foi lançado o sistema Pró-Consumidor, com o intuito de modernizar o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, que vem a ser um sistema que registra as reclamações feitas nos PROCONS em todos os estados. Porém, houve uma impossibilidade de envio da equipe técnica para tal modernização devido à pandemia. Mencionou também que a plataforma consumidor.gov.br está em total *compliance* com a Lei Geral de Proteção de Dados e possui todos os requisitos de acessibilidade.
7. A Secretária destacou ainda que a plataforma está sendo utilizada pelo Uruguai, Argentina e Chile, com o suporte técnico da SENACON. O Sr. Tercio salientou que a plataforma é considerada um caso de sucesso no Ministério, parabenizando a atual Secretária, bem como a gestão anterior.
8. Em seguida, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, explanou sobre dificuldades enfrentadas com relação aos serviços prestados pela área de Tecnologia de Informação e Comunicação do Ministério. Salientou que a capacidade da área não se encontra plena e que os contratos estão sendo renovados, com expectativas de melhoria do cenário futuro de prestação de serviços.
9. Dando continuidade ao monitoramento, o Sr. Ronney Augusto Matsui Araújo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP esclareceu que devido ao contexto da pandemia, tanto o projeto “Em Frente Brasil”, quanto o projeto “Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RBPG, que tem como indicador a “Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos”, foram prejudicados, pois houve impossibilidade de entrada nos estabelecimentos prisionais, o que contribuiu para o não atingimento da meta. Logo após, passou a palavra ao Sr. Marcelo Aparecido Moreno, Diretor de Políticas de Segurança Pública, para apresentação da situação do projeto e do indicador. O Sr. Moreno explicou que foi proposto um novo cronograma para o projeto “Em Frente Brasil”, que aguarda validação. Com relação ao detalhamento do projeto, trata-se de um projeto piloto estabelecido em 5 municípios. Atualmente está com 95%(noventa e cinco por cento) da meta alcançada e se encontra em fase final para a instituição do programa. No que diz respeito aos pontos não atingidos, a dificuldade de restabelecimento do comitê (que conta com a participação interministerial e interfederativa para a validação de fases do projeto) contribuiu em grande parte, uma vez que os encontros presenciais foram impossibilitados devido à pandemia causada pelo Covid-19. De acordo com o novo cronograma, no dia 30 de setembro, a equipe da SENASP irá entregar todas as produções para serem validadas.
10. A Sra. Tânia Fogaça pontuou que mais da metade dos estados já retornaram às atividades penitenciárias presenciais (visitas, atendimentos jurídicos) e que há a previsão de que todas elas estejam regularizadas em até 30 (trinta) dias, inclusive para o trabalho de coleta dos perfis genéticos. Destacou ainda, que a pedido da

SENASP, uma equipe do Ministério irá acompanhar o esforço para a identificação civil dos presos, objetivando a coleta dos perfis genéticos.

11. Já em relação ao indicador estratégico “Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos”, com meta de 65.000 (sessenta e cinco mil) coletas por ano, o Sr. Moreno esclareceu que houve prejuízo na coleta do presente ano (5.989 – cinco mil novecentas e oitenta e nove), devido à impossibilidade de entrada nos estabelecimentos prisionais, por conta da Covid-19. Para suprir essa queda, está sendo desenvolvida uma estratégia, juntamente com os Estados, para o atingimento a meta.
12. Em continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, versou sobre a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, que terá o escopo mais enxuto, contendo apenas a alteração de cronogramas e atividades, sem a apresentação de novos projetos e indicadores, devido ao recente alinhamento das prioridades da atual gestão em agosto de 2020. Será encaminhado um processo SEI até o dia 25 de setembro, com prazo até o dia 7 de outubro. A aprovação da revisão será registrada na memória da próxima reunião do CGE.
13. Informou ainda sobre a necessidade de revisão da Cadeia de Valor, ocasionada pelas mudanças no Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020, que culminou com a criação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN e com as alterações nas competências da SENASP e da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI. O impacto foi apenas nas competências da SEGEN, SEOPI e SENASP. Após a explanação, o Sr. Secretário-Executivo submeteu a revisão para deliberação do Comitê, aprovada sem ressalvas.
14. O representante da Polícia Rodoviária Federal - PRF, Sr. Eduardo Muniz, ponderou a necessidade de revisão da cadeia de valor como um todo, tendo em vista que a PRF atualizou o seu planejamento estratégico e necessita ajustar também alguns elementos da sua cadeia de valor.
15. Em seguida, o Sr. David Freitas apresentou o ranking de execução orçamentária do Ministério e a Cartilha de Emendas Parlamentares. Quanto à cartilha, elogiou a equipe, destacando o excelente trabalho desenvolvido. O objetivo é facilitar o entendimento pelo parlamentar dos projetos do MJSP.
16. Tratou também da perda da vigência da Medida Provisória nº 965 que faz o repasse financeiro de R\$ 408.000.000 (quatrocentos e oito milhões) para o combate ao Coronavírus.
17. Por fim, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento falou sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021, destacando a preocupação com relação à alocação de recursos no órgão orçamentário 93000 para cumprimento da regra de ouro.
18. Prosseguindo com a pauta, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, falou sobre o Programa de Integridade do Ministério, o Gerenciamento de Riscos e o Processo de contas do exercício de 2020. O Programa de Integridade encontra-se na terceira fase e está sendo feita a última devolutiva, para que sejam apresentados os resultados na próxima reunião do CGE. Em relação à Gestão de Riscos, pretende-se encerrar, até 31 de março de 2021, o projeto piloto nas unidades. Algumas áreas estão sendo revisitadas, e as que sofreram recentes modificações podem procurar a Assessoria Especial de Controle Interno - AEI para as tratativas. Sobre o Processo de Contas do exercício de 2020, a apresentação das informações será prestada pelo site do Ministério, ressaltando-se a importância da participação dos representantes de cada órgão no repasse de tais informações.
19. Logo após, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, fez um informe sobre o projeto Gestão por Competências, uma iniciativa que integra a carteira de projetos estratégicos do Ministério. O projeto busca um conjunto de metodologias que propicie a melhoria da força de trabalho e o desenvolvimento do corpo funcional, para ao final minimizar a discrepância entre o ideal e a situação atual. Informou ainda os meios necessários para a aplicabilidade do projeto e a sua abrangência. Em seguida, apresentou as competências organizacionais, gerenciais e comportamentais do projeto a serem validadas. Após alguns esclarecimentos, o conjunto de competências foi aprovado pelos membros do CGE.
20. Em seguida, o Secretário-Executivo deu os informes, a seguir listados: i) processo SEI de monitoramento – coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos até o dia 13 de outubro (08011.000157/2020-70); ii) monitoramento qualitativo das entregas efetivas de projetos estratégicos, e outras relevantes, e dificuldades (60 dias) – Novo fluxo do GM – até o dia 13 de outubro; e iii) unidades que apresentarão o andamento de 1 (um) projeto e de 1 (um) indicador na próxima reunião (SENAJUS: Projeto “Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – Rede LAB” e indicador “Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimentos decididas”; SENAD: Projeto “Alienação de ativos em todo o Brasil” e indicador “Quantidade de ativos leiloados pela secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas”; e SEOPI: Projeto “Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO” e indicador “Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas”).

21. Foi informado ainda que a próxima reunião será realizada excepcionalmente no dia 22 de outubro, por conta do feriado do Servidor Público.
22. Por fim, o Sr. Tercio Tokano celebrou o retorno do Sr. Jeferson ao convívio e agradeceu as orações enviadas ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça. Relembrou também a importância de equilibrar a vida pessoal e profissional. Por fim, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 09/10/2020, às 17:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assessor(a)**, em 09/10/2020, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 09/10/2020, às 18:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 09/10/2020, às 19:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 13/10/2020, às 08:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAÚJO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 13/10/2020, às 09:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Maiolino, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 13/10/2020, às 09:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 13/10/2020, às 14:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente de Projeto**, em 13/10/2020, às 16:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 13/10/2020, às 22:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 14/10/2020, às 08:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 14/10/2020, às 12:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 14/10/2020, às 18:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 22/10/2020, às 17:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 23/10/2020, às 07:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lisbôa Gimenes, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 03/11/2020, às 11:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 09/11/2020, às 17:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AUGUSTO MUNIZ DE SOUZA, Usuário Externo**, em 18/11/2020, às 18:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Oliveira de Sousa, Usuário Externo**, em 10/12/2020, às 11:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 04/02/2021, às 16:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12730556** e o código CRC **3274D933**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.